

07/06/2007

● Projeto de lei que muda gestão de hospitais federais prevê a admissão sem estabilidade

Ullisses Campbell e Gilson Euzébio

Do Correio Braziliense

O governo federal encaminha ao Congresso Nacional, nos próximos dias, projeto de lei complementar que vai mudar a gestão dos hospitais federais, inclusive dos universitários, que passarão a ser administrados por fundações. A mudança mais significativa, e polêmica, ocorrerá na contratação de médicos, enfermeiros e funcionários em geral, que serão admitidos apenas por seleção pública, mas nenhum deles terá estabilidade, como ocorre atualmente. Com as novas regras, todos os servidores serão contratados pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e terão metas a cumprir. Hoje, os servidores são estatutários.

O estudo para mudar o modelo de gestão dos hospitais federais foi elaborado durante dois anos pelos ministérios da Saúde e do Planejamento e teve a consultoria técnica da Escola Nacional de Saúde Pública. Segundo o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, a mudança será sentida pelo usuário desses hospitais imediatamente. **"Os médicos e os servidores que fazem atendimento público serão mais eficientes", acredita Temporão.**

O projeto partiu, segundo o ministro, de um diagnóstico que revelou deficiências do serviço público federal na área da Saúde. Uma das causas seria o salário pago pelo governo, que é muito baixo. Há médicos que recebem para trabalhar oito horas, mas acabam ficando apenas uma hora no hospital por causa do salário baixo. "O Estado finge que paga um salário razoável e o médico finge que trabalha. Isso não é bom para o governo, não é bom para cidadão, não é bom para ninguém", diz o ministro.

Um médico que realiza transplante de fígado no Hospital Geral de Bonsucesso, no Rio de Janeiro, por exemplo, recebe R\$ 1,2 mil por mês. Com o novo modelo de gestão, ele terá um aumento substancial e passará a receber o que ganha um médico particular. Os servidores também receberão aumento salarial, garante Temporão.

Gastos

Segundo o ministro, a folha de pagamento dos funcionários aumentará sem que seja acrescido um centavo no orçamento do hospital. "Vamos gastar o mesmo dinheiro fazendo mais. Os médicos cumprirão metas e poderão ser premiados pelo bom desempenho. Isso eu não posso fazer agora", ressalta Temporão. O ministro diz ainda que os hospitais vão economizar com políticas de redução de gastos, como ocorre em empresas privadas.

Atualmente, para trabalhar em hospitais federais, médicos renomados aceitam o salário baixo mas exigem um complemento "por fora". Para não perder o profissional e prejudicar os pacientes, a direção dos hospitais recorre a uma suplementação salarial paga por fundações privadas de apoio. Recentemente, o Ministério Público ajuizou ação contra as entidades e proibiu esse repasse. Com isso, o serviço de transplantes de fígado de vários hospitais está parando porque os profissionais se recusam a trabalhar por salários baixos.

O projeto em questão altera o Artigo 37 da Constituição, que regulamenta a criação das fundações. Pela proposta, o governo criará uma entidade estatal de direito privado e de administração mais flexível. "A maior polêmica, na minha opinião, é acabar com a estabilidade do funcionário. Mas quem já tem estabilidade não vai perdê-la. A medida vai afetar só os novos funcionários", avisa Temporão.

Apesar de as fundações passarem a ter natureza mista, elas continuarão submetidos a controle do Tribunal de Contas da União (TCU), já que terão financiamento e gestão públicos.

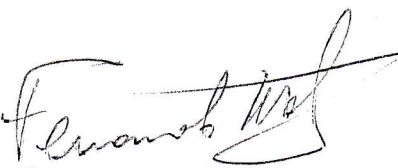
Atualmente, o Brasil tem nove centros federais e 47 hospitais universitários, que, apesar de serem subordinados ao Ministério da Educação, também serão submetidos à medida. De acordo com Temporão, os hospitais da esfera estadual não serão obrigados a aderir ao novo modelo, embora alguns governos estaduais tenham manifestado interesse no plano.

COMANDO LOCAL DE GREVE DOS SERVIDORES TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DA UFG
 COMISSÃO DE FINANÇAS
 RELATÓRIO SINTÉTICO DAS DESPESAS REALIZADAS PELO " COMANDO LOCAL DE GREVE". - 28/05/2007

DESPESAS	pagas	a pagar	total
1 Aluguel de carro / ônibus local	0,00	170,00	170,00
2 Vale transporte	540,00	0,00	540,00
3 Táxi / estacionamento	0,00	0,00	0,00
4 Despesas com veículo / Combustível	160,41	592,63	753,04
5 Doação (cut)	2.000,00	0,00	2.000,00
6 Reembolso Despesas Delegados	0,00	0,00	0,00
7 Alimentação no acampamento DMP	0,00	0,00	0,00
8 Despesas delegados - Brasília-DF	2.464,34	126,20	2.590,54
8.1 (-) Devolução de Despesas delegados - Brasília-DF	0,00	0,00	0,00
9 Alimentação (lanches e refeições)	1.246,21	0,00	1.246,21
10 Imobilizado - equipamentos e utensílios			
10.1	0,00	0,00	0,00
10.2	0,00	0,00	0,00
10.3	0,00	0,00	0,00
10.4	0,00	0,00	0,00
11 FASUBRA (contribuição)	2.015,57	0,00	2.015,57
11.1 (-) Devolução FASUBRA (contribuição)	0,00	0,00	0,00
12 Divulgação e Publicidade			
12.1 Rádios e TVs	0,00	0,00	0,00
12.2 Impressão de Jornais e Informativos	3.790,00	0,00	3.790,00
12.3 Criação e Diagramação de Jornais e Informativos	0,00	0,00	0,00
13 Faixas/ Banner	3.206,00	406,07	3.612,07
14 Carro de som / técnico em som	0,00	0,00	0,00
15 Fotografias / vídeos	4,50	0,00	4,50
16 Hospedagem Delegados	1.360,00	0,00	1.360,00
17 Fotocópias e cartuchos p/ impressoras (toner e cópias)	666,05	0,00	666,05
18 Contas telefônicas	0,00	0,00	0,00
19 Desp. diversas	431,37	0,00	431,37
20 Papelaria (papel e material escritório)	1.201,30	0,00	1.201,30
21 Campanha visual sint-ufg (adesivos, camisetas, cartazes)	0,00	3.800,00	3.800,00
22 Manutenção de Fotocopiadora	0,00	0,00	0,00
23 Ônibus p/ caravana Brasília - DF	0,00	0,00	0,00
24 Despesas caravana Brasília - DF	0,00	0,00	0,00
25 Correios	0,00	0,00	0,00
26 Taxas bancárias / cpmf	0,00	0,00	0,00
27 Manutenção do Site SINT-UFG	0,00	0,00	0,00
Totais	19.085,75	5.094,90	24.180,65

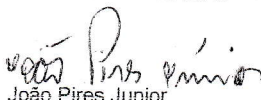
Goiânia, 11 de junho de 2007.



 Joana Rosa Mendonça

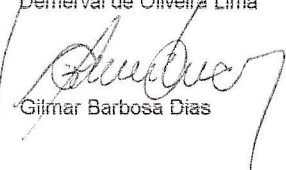

 Fernando C. S. da Mota

Ladi Martins Figueiredo


 Demerval de Oliveira Lima


 João Pires Junior


 Jorge Roberto de Brito


 Gilmar Barbosa Dias

Pedro Batista

Joaquim L. de São José